

Apesar das profundas mudanças que o Brasil sofreu ao longo do último século, as desigualdades sociais permanecem marcantes no país. A existência desses “vários Brasis” motivou o esforço de construção de um Atlas da Exclusão Social o qual aponta que (Pochmann e Amorim, 2003:26):

“Em suma, considerando esta geografia nacional, pode-se dizer que, seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos, a produção e a reprodução da exclusão estão sujeitas a intensidades, alcances e modalidades diferenciadas nas regiões Norte e Nordeste, por um lado, e nas regiões Centro-Sul, por outro. Nas primeiras, constata-se uma ampla “selva” de exclusão, marcada pela pobreza e também pela fome, que atingem famílias numerosas, jovens, população pouco instruída e sem experiência formal. Já nas regiões Centro-Sul, observa-se uma “selva” de exclusão pontuada por alguns “acampamentos” de inclusão, onde a pobreza atinge principalmente famílias pouco numerosas, com número reduzido de crianças e jovens, sendo os indivíduos que as compõem relativamente escolarizados e com experiência de assalariamento formal. Ou seja, o Brasil apresenta em seu território complexa combinação de uma “velha” e de uma “nova” exclusão, que se manifestam em graus e locais diferenciados, por meio de mecanismos e grupos sociais distintos.”

Esse Atlas foi concebido para mostrar a exclusão social no Brasil, reunindo um conjunto significativo de indicadores sociais e econômicos que demonstram no mapa brasileiro essa situação. Para Pochmann e Amorim (2003:10) o simples critério de subsistência não basta para definir uma situação de exclusão, ou seja, definir uma situação de exclusão é mais do que se verificar quem está passando fome, como era definido anteriormente. Deve-se levar em consideração, também, que a sociedade atual vem incorporando novas realidades, a exemplo da urbanização, e isso faz com que nasçam necessidades adicionais para que se consiga obter uma vida digna, surgindo então a nova exclusão. E quais seriam essas novas necessidades? Esses autores citam que também deve ser considerado o acesso à educação, ao trabalho, à renda, à moradia, ao transporte e à informação. Baseado no fato de que a noção de qualidade cresce de importância

para eles, é fundamental que esses acessos sejam mensurados com relação à qualidade e ao resultado.

Por se tratar de um Atlas, a pretensão deles é tão somente fazer a apresentação geográfica nacional da exclusão social no Brasil. Com base no conjunto de informações por eles levantadas, Pochmann e Amorim constataam que 42% do total dos municípios, o que equivale a dizer que 21% da população deste País, estão em localidades consideradas de exclusão social. Contudo, somente 3,6% da população vivem em áreas que aqueles autores consideram que têm padrão de vida adequado.

Pochmann e Amorim (2003:13) destacam que o objetivo de seu Atlas é o de se tornar uma ferramenta de análise da exclusão social no Brasil, pretendendo fornecer elementos e subsídios para ações governamentais. Essa obra teve seu início em 2001, e foi realizado por técnicos da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. Esses técnicos estudaram cinco indicadores: *pobreza, desemprego, violência, concentração de jovens e taxa de alfabetização*. Mais tarde, aqueles autores utilizaram-se de estudos do censo 2000, realizado pelo IBGE, para possibilitar a construção do mapeamento nacional de exclusão social.

Para a construção do mapeamento, Pochmann e Amorim (2003:16) definiram três grandes temas para compor os elementos de exclusão/inclusão social ou de risco. O tema de número 1 eles chamaram de “*Padrão de Vida Digno*”, o qual teve a participação de três indicadores: a) percentual de “chefes de famílias pobres” no município; b) quantidade de trabalhadores com emprego formal sobre a população em idade ativa; c) uma “*proxi*” do índice de renda, calculado pela razão entre a quantidade de chefes de família que ganham acima de dez salários mínimos sobre o número de chefes de família que ganham abaixo de dez salários mínimos.

Para o segundo tema, aqueles autores seguiram as recomendações do IPEA e da Fundação João Pinheiro no sentido de quantificar a participação da população no legado técnico-cultural da sociedade. Para isso eles utilizaram indicadores de “anos de estudos do chefe da família” e alfabetização da população acima de cinco anos de idade” para apurar o tema “*conhecimento*”.

Finalmente, o terceiro tema foi realizado com base na investigação da Fundação SEADE e pelo *Mapa da exclusão/inclusão social*. Utilizaram-se do indicador Índice de Vulnerabilidade Juvenil criando o tema “*Risco Juvenil*”, que é composto pelos indicadores “*participação de jovens de 0 a 19 anos na população*” e da “*taxa de homicídios por 100 mil habitantes*”. O Risco Juvenil busca captar a realidade em que vivem os jovens mais carentes do país.

O principal resultado dessa obra pode traduzir-se na constatação dos autores, conforme se destaca na Introdução deste trabalho, de que o Brasil tem um terço de sua população na pobreza absoluta e esfomeada e vinte por cento de sua força de trabalho sem ocupação, com baixos níveis de escolaridade e um alto índice de violência. A exclusão social se dá de forma diferenciada no território brasileiro, onde, no norte e nordeste se verifica uma ampla faixa de exclusão marcada pela pobreza e fome, sem experiência assalariada formal. Já nas regiões Centro-Sul, esse fenômeno se dá de forma mais pontual, com indivíduos relativamente escolarizados e com experiência de assalariamento formal. Pochmann e Amorim (2003:26) conclui então:

“Nesse início de novo milênio, o país continua a contar com um projeto de nação fragilizado pelas disparidades entre áreas que o compõem. Os “acampamentos” de inclusão das regiões Centro-Sul – que se destacam em relação à “selva” de exclusão destas mesmas regiões –, e das regiões Norte e Nordeste, mais do que um sinal de progresso, são a marca do esgarçamento do “tecido social”. É desnecessário dizer que, sem uma inversão da trajetória da exclusão, as possibilidades de sucesso de um projeto de desenvolvimento são mínimas. Não há dúvidas de que a face do país pode ser outra, em que o plano geográfico seja capaz de apontar para a existência de uma sociedade menos desigual, ainda que plural, diversa e democrática. Entretanto, para que essa nova face seja possível, o efetivo combate à exclusão social, em toda sua extensão e complexidade, é absolutamente imprescindível.”

Para a compilação final dos dados, Pochmann e Amorim (2003:18) expõem a forma metodológica do Atlas por meio de uma tabela, demonstrando, por conseguinte, como chegaram aos resultados ali apresentados. A tabela 1 mostra a composição dos temas analisados.

O município onde se deu o presente estudo, Município de Vargem Grande Paulista, possui um Índice de Exclusão Social igual 0,588 (Pochmann e Amorim, 2003:210). Isso indica que o índice de exclusão daquele Município pode ser considerado bom (acima da “linha de exclusão”). Dos 5.507 municípios existentes

no Brasil, ele ocupa a posição de número 297 no *ranking* geral do Brasil. Poder-se-ia imaginar, a princípio, que aquele município não teria problemas em relação à exclusão social. Contudo, dois indicadores chamam a atenção por estarem abaixo da “linha de exclusão” e que, parecem ser responsáveis por baixar o índice de exclusão social. São eles: “*Índice de emprego formal*” e “*Índice de desigualdade*”. Surpreendentemente, o índice de violência é bastante bom (0,909) se comparado com Porto Alegre, por exemplo, que é o 6º município no *ranking* geral brasileiro e cujo índice de violência é igual a 0,904.

Tabela 1- Temas analisados pelo Índice de Exclusão Social, os índices construídos e suas ponderações.

Temas analisados pelo Índice de Exclusão Social, os índices construídos e suas ponderações		
Aspectos	Índices criados	Peso
Um padrão de vida de vida digno	medido pela pobreza dos chefes de família no município	17,0%
	medido pela taxa de emprego formal sobre a PIA	17,0%
	medido por um <i>proxí</i> de desigualdade de renda	17,0%
Conhecimento	medido pela taxa de alfabetização de pessoas acima de 5 anos	5,7%
	medido pelo número médio de anos de estudo do chefe de domicílio	11,3%
Risco Juvenil	medido pela porcentagem de jovens na população	17,0%
	medido pelo número de homicídios por 100 mil habitantes	15,0%

Fonte: Elaboração Pochmann e Amorim

Pochmann e Amorim (2003:24) analisam o tema violência como não associado propriamente à exclusão social. Eles comentam:

“ No que tange ao indicador que afere violência, nota-se que 13,9 % das cidades brasileiras apresentam um alto número de homicídios por cem mil habitantes, mas a localização delas não coincide propriamente com a das cidades onde a exclusão, “velha” ou “nova”, se faz presente com mais clareza. Provavelmente, a violência possui uma lógica social e territorial diferenciada, que não obedece aos mesmos princípios de produção e reprodução das formas de exclusão aqui analisadas.”

Conforme se pode depreender do texto, Pochmann e Amorim (2003:26) apontam exclusões diferenciadas nas diversas regiões do Brasil. No Norte e Nordeste, a exclusão é caracterizada por famílias numerosas com baixo grau de instrução, marcadas principalmente pela pobreza e fome e sem acesso ao emprego formal. Já no Centro-Sul, ela é caracterizada por famílias de pequeno número de pessoas, relativamente escolarizadas e que já tiveram alguma experiência em emprego formal. Dessa forma, aqueles autores caracterizam a “velha exclusão” e a “nova exclusão”.

A atual situação de exclusão social existente no Brasil vem de longa data. Pochmann e Amorim (2003:21) mencionam Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes que afirmam que vem dos tempos da escravidão – o que pode se associar à “velha exclusão”. Mas esse processo agravou-se pela falta de reformas clássicas do capitalismo moderno, que se pode associar à “nova exclusão”. A “velha exclusão” pode ser mais observada nas Regiões Norte e Nordeste. A “nova exclusão”, de acordo com Pochmann e Amorim (2003:22), foi herdada do modelo econômico neoliberal que gerou, a partir de 1990, milhões de desempregados escolarizados e famílias monoparentais que vivem na pobreza por ausência de renda, caracterizando-se mais na região Centro-Sul.

Apesar do Brasil ter abolido a escravidão, não se pode dizer que ela tenha desaparecido por completo do Brasil. Segundo Moreira (2005) o trabalho forçado no mundo gera lucros para seus exploradores de US\$ 44 bilhões e existem cerca de 1,3 milhões de pessoas vítimas dessa modalidade de trabalho de acordo com dados levantados pela Organização do Trabalho - OIT. Pelo levantamento dos dados emitidos pela OIT aquele jornalista conclui sua reportagem com a seguinte informação:

“A maior parte do trabalho forçado ocorre nas atividades do setor informal. Embora elogiem as ações do governo brasileiro para combater a escravidão na Amazônia, técnicos da OIT alertam que praticamente nada está sendo feito no combate ao trabalho forçado na economia informal.”

Considerando-se que trabalho informal existe em todo o Brasil, o Município de Vargem Grande Paulista não é uma exceção à regra. Logo, neste

município também pode ser constatado o trabalho forçado, o que justifica a atuação do Movimento dos Focolares na região.

Segundo o Atlas, o Município de Vargem Grande Paulista é 297º colocado no “*ranking*” entre 5507 municípios pesquisados, o que significa uma situação relativamente privilegiada, quando comparado nacionalmente. Entretanto, 2 entre os 7 indicadores que compõe o “Índice de Exclusão Social” daquela pesquisa (índice de pobreza, de juventude, de alfabetização, de escolaridade, de emprego formal, de violência e de desigualdade) mostram-se mais preocupantes para o caso específico deste município. São eles: Índice de Emprego Formal e Índice de Desigualdade. Por esta razão, os temas “*desemprego formal*” e “*desigualdade social*” foram priorizados nesta pesquisa sobre a Economia de Comunhão e exclusão social.

Há que se considerar que a exclusão muitas vezes não está somente ligada diretamente a passar fome. Existe, na realidade, uma certa dificuldade em se estabelecer conceitos que venham a explicar a dinâmica do fenômeno. Para dar sentido a essa explicação Elias e Scotson (2000:34) exemplificam:

“Tomemos como exemplo, mais uma vez, a declaração do membro do grupo *burakumin* anteriormente citado. Podemos presumir que, no Japão como noutros lugares, a condição de pária desse grupo tenha caminhado de mãos dadas com formas de exploração econômica. Entretanto, os *burakumin* tinham um lugar e uma função tradicionais na sociedade japonesa. Atualmente, alguns parecem ser pobres, embora não muito mais do que a maioria dos japoneses pobres, e outros estão muito bem de vida. Mas o estigma não desaparece. A principal privação sofrida pelo grupo outsider não é a privação de alimento. Que nome devemos dar-lhe? Privação de valor? De sentido? De amor-próprio e auto-respeito?”

O mero levantamento estatístico pode, também, não explicitar completamente as verdadeiras causas da exclusão social. Nesse contexto, Elias e Scotson (2000:59) dizem:

“Muitas vezes, a utilização atual das estatísticas implica que, quanto maiores as dimensões numéricas, maior a importância. No caso das minorias de Winston Parva, como em muitos outros, a significação sociológica de modo algum era idêntica à significação estatística. Eles apontavam para um fato conhecido de outras pesquisas, ainda que, talvez, não suficientemente salientado: o de que os dados sociais podem ser sociologicamente significativos sem ter significação estatística e podem ser estatisticamente significativos sem ter significação sociológica.”

Portanto, para a determinação das causas da exclusão Elias e Scotson (2000:33) demonstram que podem ser provenientes de vários fatores. Eles assim comentam:

“Não é somente no seio da pequena comunidade suburbana a que concerne este estudo que se podem descobrir camadas não econômicas do conflito entre grupos estabelecidos e *outsiders*. Mesmo nos casos em que a luta pela distribuição dos recursos econômicos parece ocupar o centro do palco, como no caso da luta entre operários e a direção de uma fábrica, há outras fontes de disputa em jogo além da relação salários lucros. Na verdade a supremacia dos aspectos econômicos tem acentuação máxima quando o equilíbrio de poder entre os contendores é mais desigual – quando pende mais acentuadamente a favor do grupo estabelecido. Quanto menos isso acontece, mais claramente reconhecíveis se tornam outros aspectos não econômicos de tensões e conflitos.”.

O que vem a demonstrar que não existe uma forma sistemática que dê solução à exclusão social como um todo. Cada caso tem de ser analisado e estudado para que se possa pensar em uma solução naquele específico problema. Contudo, aqueles autores, em sua obra, não se propuseram a demonstrar soluções para os problemas por eles encontrados.

Depreende-se de seu estudo que a busca de um fator de coesão, para uma determinada hipótese de exclusão, pode vir a solucionar a hipótese em questão. Dão a entender que grupos mais coesos, isto é, cujos membros são estreitamente integrados, compartilham um estilo de vida comum, regulado por um conjunto de normas próprias, levando a padrões de comportamento dos quais se orgulham. Elias e Scotson (2000:24) chamam a atenção para o fato de que não importa a região que um determinado grupo se encontre. As causas de coesão e de exclusão sempre advirão das causas as mais diversas. Na comunidade que eles pesquisaram, havia preconceitos entre dois grupos que formavam a comunidade de Winston Parva, apesar de não haver diferença de classe social, nacionalidade, ascendência étnica ou racial, credo religioso ou nível de instrução. Assim, eles determinam como causa:

“A principal diferença entre os dois grupos era exatamente esta: um deles era um grupo de antigos residentes, estabelecido naquela área havia duas ou três gerações, e o outro era composto de recém-chegados.”

As observações feitas durante a convivência deste autor no Município de Vargem Grande Paulista foram interpretadas à luz do quadro conceitual de referência mencionado, sugerindo respostas para a pergunta inicial: Será a

Economia de Comunhão capaz de contribuir para o enfrentamento da exclusão social em Vargem Grande Paulista?

Cédron (1998) relata que a Cidade de Vargem Grande Paulista surgiu de um bairro, originalmente chamado de Ribeirão da Vargem Grande do Distrito Raposo Tavares, sob a administração municipal da Cidade de Cotia, no Estado de São Paulo. Atualmente ocupa uma área de 38 Km² e se localiza entre os Kms. 39 e 47 da Rodovia Raposo Tavares.

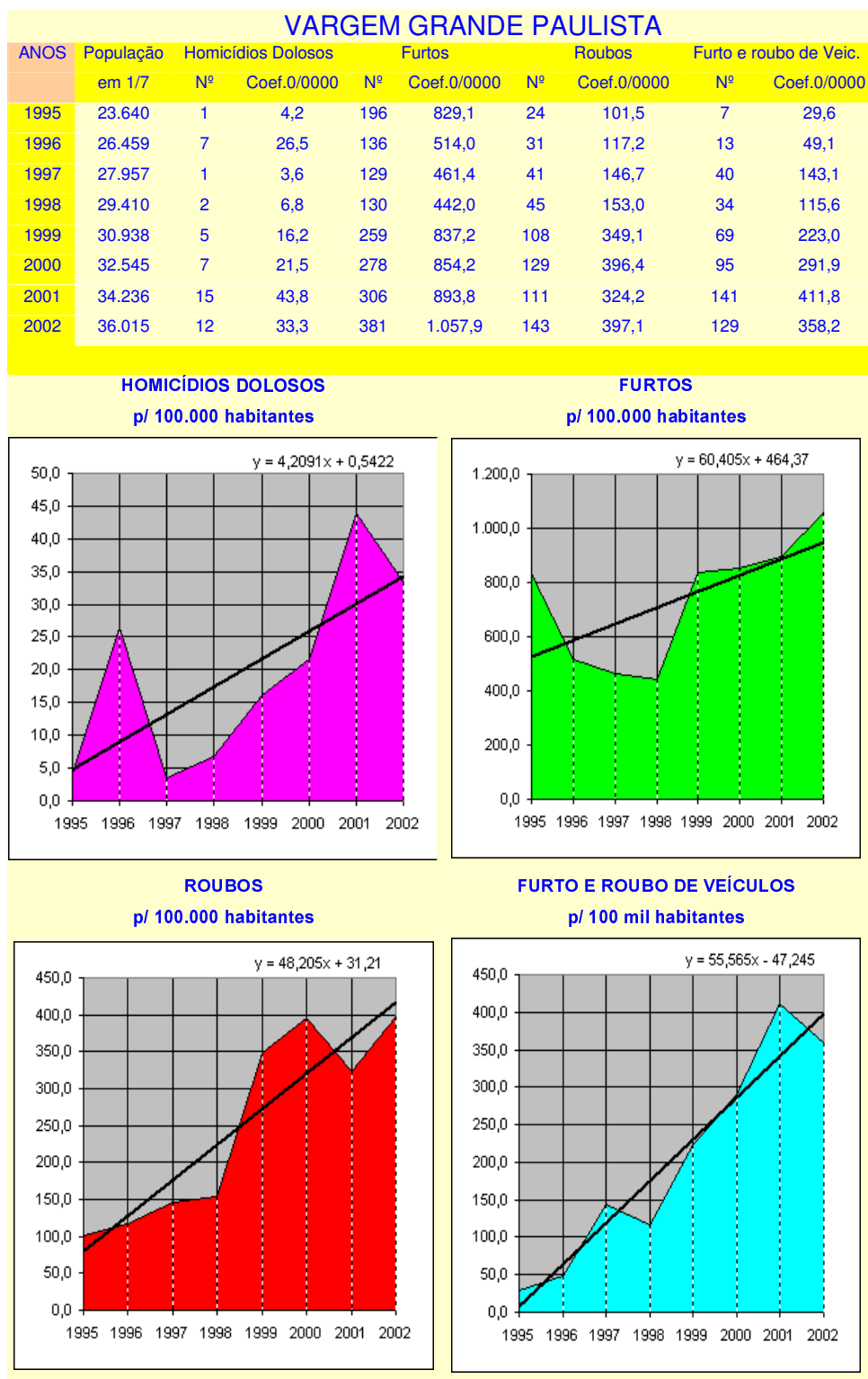
Cédron acrescenta que foi a partir do trabalho artesanal, seguido de uma industrialização voltada para a ruralidade hortifrutigranjeira de Vargem Grande Paulista — causada pela grande imigração nipônica para a região — o que fez com que aquela cidade ganhasse força política. Isso deu à região autonomia distrital, tendo sido esse o passo decisivo para mais tarde se tornar um município. Sua fundação deu-se por um plebiscito popular datado de 27 de novembro de 1981.

Ao se visitar a Cidade de Vargem Grande Paulista, logo se nota uma aparência de cidade pobre, muito embora seus indicadores não reflitam isso. Em diversos lugares, ainda não existem serviços básicos como água e esgoto. Na realidade, o Município de Vargem Grande Paulista era apenas um bairro do Município de Cotia e é, por conseguinte, um Município muito pequeno. Como na maioria das cidades que fazem parte da periferia da Cidade de São Paulo, aquele município possui um alto índice de violência (ainda que, em termos relativos, não seja tão alto, como mostram os dados do Atlas). A Tabela 2 mostra alguns índices de violência levantados pelo Instituto Fernand Braudel de Economia até o ano de 2002.

Nela se observa claramente que todos os índices possuem uma tendência de crescimento, o que é confirmado pelos gráficos expostos abaixo da Tabela onde se verifica que a reta de regressão linear ascende.

De acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, o município possui um IDH de 0,768 em 1991, o que lhe dá uma classificação de médio desenvolvimento humano, situando-a em 177º na. O indicador de escolaridade, de acordo com aquele órgão, era de 60 pontos em

Tabela 2 – Alguns dos principais índices de violência do Município de Vargem Grande Paulista.



(Fonte: Instituto Fernand Braudel de Economia – www.braudel.org.br.)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0312501/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0312501/CA



PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0312501/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0312501/CA

de mais um instrumento no enfrentamento na da exclusão social naquele Município as palavras: vida digna, emprego formal e igualdade social.

Um outro fator importante a ser importante neste contexto é a de se analisar se a Economia de Comunhão não é um simples reedição do tema Responsabilidade Social Corporativa. Nesse pequeno estudo de Responsabilidade Social Corporativa pergunta-se: em que bases a Responsabilidade Social Empresarial se apóia? A Responsabilidade Social Empresarial também tem como objetivo o combate à exclusão social? Se sim, de que forma?

Abre-se aqui então, uma conexão para se fazer um pequeno estudo da Responsabilidade Social Corporativa baseando-se no livro de Tenório, buscando argumento que capacite dessa forma, fazer as devidas comparações com a Economia de Comunhão. Objetiva-se por conseguinte, demonstrar que a Economia de Comunhão não é apenas um novo rótulo, a reedição, dado por Chiara Lubich à proposta de Responsabilidade Social Empresarial.

Conforme já se mencionou, Boaventura (2002:111) diz que, na era tecnológica, todos devem se reger por uma nova ética, devendo essa partir do princípio da responsabilidade. As empresas não são exceção a essa regra. Nos dias atuais, estabelece-se um novo modo de pensar e responsabilizar a forma com que as empresas vêm atuando dentro de seu mercado. Passa-se a procurar novos modos de valorizar as empresas que realmente têm a intenção de trabalhar eticamente, valorizar seus funcionários, proteger o meio ambiente e ajudar a comunidade em que está inserida. Ao mesmo tempo, deve-se obter o consenso entre essa forma de atuar e os interesses daqueles que investem na empresa, para obtenção de lucros, e dos governos, que desejam ter seus impostos quitados. Surge então o termo “Responsabilidade Social Empresarial” como resposta a essas pressões. Tenório (2004:32) cita Jaramillo e Angel (apud Ashley, 2002:7), que apresentam uma definição para o termo como sendo:

“...o compromisso que a empresa tem com o desenvolvimento, bem-estar e melhoramento da qualidade de vida dos empregados, suas famílias e comunidade em geral.”

Dentre outras abordagens sobre a definição de responsabilidade social, Tenório (2004:32) apresenta também a definição de Schommer (2000) da seguinte forma:

“Finalmente, numa última abordagem, entende-se por responsabilidade social corporativa uma série de compromissos da empresa com a sua cadeia produtiva: clientes, funcionários, fornecedores, comunidade, meio ambiente e sociedade.”

Percebe-se que a palavra chave entre as duas definições é “compromisso”. O que significa dizer que as empresas devem assumir e ter compromissos em todas as suas ações, quando estão verdadeiramente voltadas para a Responsabilidade Social Corporativa. Isso deve ocorrer para com todos os seus *stakeholders*. Tenório (2004:20) reforça que a continuidade da empresa dependerá desse compromisso:

“A continuidade da companhia, no longo prazo, passa a depender da capacidade da administração para atender os anseios da sociedade e incluir as expectativas de outros agentes, além de empregados, acionistas e governo, em seu plano de negócios.”

Contudo, algumas empresas são compelidas a praticar Responsabilidade Social recebendo algum tipo de incentivo para que assumam esse compromisso. Em outras palavras, a motivação para esse tipo de conduta está ligada a uma “racionalidade segundo os fins” ou instrumental – ao contrário da Economia de Comunhão, a qual só se justifica por uma “racionalidade segundo valores”. Os incentivos são em sua maioria descontos em impostos, principalmente no imposto de renda, ou incentivos fiscais com prazos determinados para que empresas se estabeleçam em uma região de interesse, geralmente político. Nesse aspecto, Tenório (2004:35) mostra preocupação com os problemas podem vir a surgir quando menciona:

“Dessa forma com esses incentivos, os benefícios obtidos pelas empresas são elevados. As companhias utilizam-se dos recursos que originariamente seriam públicos para a promoção de sua imagem. O grande problema das duas abordagens apresentadas anteriormente – pressões externas e a forma instrumental – é que elas, ao que parece, não garantem a continuidade de investimentos sociais a longo prazo. Como consequência, se houver diminuição das pressões das comunidades em relação às questões ambientais, sociais e trabalhistas ou se as leis de incentivos fiscais forem revogadas, as empresas poderão diminuir o montante de investimentos destinados a essas áreas. Finalmente, quando a responsabilidade social corporativa é motiva por questões de princípios, o risco de descontinuidade dos investimentos sociais são reduzidos, pois esses valores estão inseridos na cultura da empresa, orientando todas as suas ações e norteadas as relações com fornecedores, clientes, governo, acionistas, meio ambiente, comunidades, entre outros.”

É importante mencionar, portanto, que o estímulo que algumas empresas vêm recebendo pode causar a descontinuidade dos investimentos em

responsabilidade social, pois isso faz com que a necessidade de tais estímulos torne-se permanente. Isso não ajuda muito a perpetuação do espírito que se espera ter na implementação da responsabilidade social. O sentido de consciência voluntária se desvirtua sob essas condições. Trata-se do sentido que se deveria ter em cuidar do bem comum, contribuindo assim para melhorar a qualidade da comunidade. Se esse sentido ficar em segundo plano, acaba-se por criar uma relação paternal com o governo, em que este tem de arcar com uma situação que, em seu sentido real, uma obrigação de todos, incluindo-se aí, as próprias empresas.